

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: 40 ANOS

Algo inédito! Em tão pouco tempo, a Teologia da Libertação (TdL) passou por vicissitudes que as outras o fizeram ao longo de séculos. Medimos as teologias por longa duração. E a TdL tem apenas 40 anos que, em termos de história, significa brevíssimo lapso de tempo. E que balanço fazer desse périplo tão breve?

A originalidade lhe veio do nascimento. A teologia, na expressão de Santo Anselmo, se autodefine como fides quaerens intellectum. Bate-se contra aquelas realidades que questionam a fé. E esta se sentiu até então provocada por correntes culturais, ora contrárias, ora oferecendo suporte teórico, ora pedindo-lhe maior clareza interior. Assim vieram as filosofias gregas, os desafios de pensadores no interior da fé que pareciam pôr em xeque a ortodoxia. Seu caminho normal era da fé à fé.

A teologia europeia moderna deu salto para a frente. Debateu-se com as tendências filosóficas que se chocavam contra a compreensão que até então se fazia da Revelação. Mas permaneceu ainda no nível das perguntas vindas da razão filosófica, da ciência moderna, da subjetividade, da história. E aí se enfrentavam problemas graves para a fé cristã. Verdadeira revolução hermenêutica no interior da teologia. E o Concílio Vaticano II veio consagrar-lhe o esforço, oferecer-lhe orientações. E aí estamos com avanços e retrocessos.

A TdL frequentou outro departamento. Aproveitou da renovação da teologia europeia, animou-se com a abertura do Concílio Vaticano II, encontrou na Igreja em movimento excelente clima para lançar-se para a frente. Paulo VI, preocupado de o episcopado da América Latina não ter condições de estudo, de possibilidade de “aplicar” o Concílio, convocou a Conferência Geral do Episcopado Latino-americano para Medellín, em 1968. Esperava que dessa reunião saíssem decisões na linha da simples concretização das orientações do Concílio.

Eis a grande surpresa do Espírito! Os bispos deram um salto maior e tomaram decisões corajosas que foram além do Concílio, ao assumir a opção

fundamental da “Presença da Igreja na Atual Transformação da América Latina”. Qual era a transformação? A saída da América Latina da situação de dependência para ruptura libertadora em face das nações centrais, como o grupo da CEPAL do Chile defendera em nível político e econômico. O Pe. Henrique Vaz formulou, em termos de Igreja, de maneira concisa e forte: passar de uma Igreja-reflexo para uma Igreja-fonte.

Alea jacta est! Estavam lançados os dados do início lento, corajoso e firme da caminhada da Igreja da Libertação. Ela se manifesta na opção pelos pobres, no surgimento das comunidades eclesiais de base, na educação libertadora na esteira de Paulo Freire, na vida religiosa inserida, na pobreza dos aparatos eclesiásticos, na pastoral popular, no acento da promoção popular, etc. E como pensar então a fé aí dentro? Já não se defrontava com perguntas que vinham de heresias, de teologia em busca de reconciliação com a filosofia ou com as interrogações da modernidade. E sim, nascida das angustiantes demandas da vida concreta do povo, da sua situação de pobreza e até de miséria, não causada pela carência da natureza, mas pelas estruturas injustas sustentadas há séculos pelas classes dominantes, rurais e industriais, não sem convivência de parte da Igreja.

A TdL significa ruptura com a teologia que na sua “inocência” alienada secundava a situação de opressão das classes dominantes, protegidas por imaginário religioso tradicional. J. L. Segundo lança então o projeto da “libertação da teologia”, para purificar-lhe os conceitos da ganga suja da ideologia dos poderosos. Por sua vez, Gustavo Gutiérrez publica o livro programático Teología de la liberación (Lima: CEP, 1971). Essas duas correntes constituem o nervo do que se convencionou chamar de Teologia da Libertação.

Ela se entregou à ingente tarefa de repensar a fé – fides quaerens intellectum – açulada pelas provocações vindas da realidade social de dominação e da presença da Igreja dentro dela com a proposta de libertação. Nesse sentido trabalhou em dois eixos. Primeiramente marcou a originalidade do próprio método e, em seguida, abordou os grandes temas e tratados da teologia. Criou então a coleção “Teologia e Libertação” para cobrir todos os tratados. Esta programara 50 volumes, mas publicou somente 31, por razões de dificuldades eclesiásticas.

Os teólogos da libertação, para captar a gravidade da realidade, não se serviram unicamente da colaboração de economistas, politólogos e sociólogos, que desvendavam os mecanismos de opressão e apontavam para outro tipo de estruturas sociais, mas principalmente aproximaram-se dos pobres e alguns inseriram-se radicalmente no seu meio. Aí sentiram as pulsações do sofrimento e da esperança: dois eixos fundamentais da TdL.

Ela se abebera, como na sua última fonte, na experiência de Deus nos pobres. E Deus, por primeiro, optou pelos pobres, escolhendo, como povo

querido, os hebreus, escravos no Egito, e libertando-os dessa casa da escravidão com mão poderosa (Ex 13,3). Ainda mostrou mais claramente essa opção, ao pôr-se, dentro do povo judeu, ao lado do estrangeiro, da viúva e do órfão e ao ameaçar quem os maltratasse (Ex 22,20-23).

E seu Filho Jesus, que existia em forma divina, renunciou-a, para assumir a de escravo e igualar-se a nós humanos no nível mais pobre até a morte (Fl 2,6-8). Essa dupla opção de Javé e de Jesus pelos pobres, que o Espírito nos interioriza, funda a TdL, ilumina-a e dá-lhe vida. Portanto, a sua fonte primeira, como toda verdadeira teologia, brota da Escritura, acolhida na fé.

*Mas tal experiência não se faz no recesso do gabinete do teólogo, mas na práxis com o pobre em luta libertadora, iluminada pela Palavra de Deus. Começa sendo uma teologia **na práxis e da práxis**. Aí encontra inspiração. Mergulhada no mundo dos pobres, da sua luta, do processo de libertação, colhe o material para refletir sobre a fé. Olha para os cristãos engajados, pensa neles e produz teologia para iluminar-lhes a fé nesse compromisso. Então se faz teologia **para a práxis**. Aceita que a práxis assuma-lhe papel crítico. Ela se torna assim uma **teologia pela práxis**. Essa última característica parece ameaçar a natureza transcendente da fé. Como uma práxis tem a ousadia de criticar uma reflexão que se faz à luz da Palavra de Deus? Não é a práxis enquanto pura ação humana que questiona a fé, mas enquanto ela exprime a caridade. E esta se arvora em última instância de juízo que temos aqui na Terra. S. Tiago ensina-nos que “assim como o corpo sem o espírito é morto, assim também a fé, sem a prática, é morta” (Tg 2,26). E assim a prática da caridade critica a fé e, portanto, a reflexão sobre ela, a saber, a teologia.*

A virada da Teologia para a práxis, para os pobres respondeu a anseio profundo de João XXIII e do Concílio Vaticano II, embora este não tivesse conseguido dar-lhe a relevância merecida. João XXIII, desde o início, se preocupou com a Igreja dos pobres e disse que “em face dos países sub-desenvolvidos, a Igreja se apresenta tal como é e quer ser: a Igreja de todos e, particularmente, a Igreja dos pobres”. E, em memorável intervenção no Concílio, o Cardeal Lercaro pediu que a evangelização dos pobres fosse o tema do Concílio. Afirmara rotundamente: “esta é a hora dos pobres, dos milhões de pobres que estão por toda a terra, esta é a hora do mistério da Igreja, mãe dos pobres, é a hora do mistério de Cristo, sobretudo no pobre”. E ainda dissera: “Não daremos satisfação às aspirações mais sinceras e mais profundas da nossa época, nem corresponderemos ao sentimento da esperança da unidade de todos os cristãos, se fizermos do tema da evangelização dos pobres apenas um dos inúmeros temas do Concílio. Não se trata, de fato, dum tema qualquer; de certa maneira, trata-se, sim, do tema do nosso Concílio”.

Mais: a Constituição Pastoral Gaudium et spes traduziu a preocupação de responder aos problemas humanos concretos do momento atual. A TdL

tem a mesma pretensão, só que se concentra naqueles que afetam sobretudo o Continente dos pobres. Sob esse aspecto, ela prossegue o projeto iniciado pela Gaudium et spes.

Assim a TdL se mostrou fiel à Escritura e ao Concílio Vaticano II. Em que pesem certas críticas, ela se creu e se confessou genuinamente eclesial. E esse caráter se reforçou por ser praticada em comunhão com os anseios de renovação da Igreja na década de 60 e 70. Bem próxima das comunidades eclesiais de base, recebia delas inspiração, força e motivação. Conferia com elas o resultado para testar a própria eclesialidade. Os conflitos com setores da hierarquia serviram-lhe para contínuo repensamento de sua fidelidade à Igreja, purificando-se de todo sectarismo e fazendo-a espelhar-se na figura do Jesus histórico.

Se a experiência de libertação do Povo de Israel por obra de Deus serviu-lhe de primeiro ímpeto, a figura do Jesus histórico alimentou e alimenta-a até hoje. Para ela a figura de Jesus se veste do título de libertador, mostrando que no excesso de sua humanidade, revelava o caráter divino. “Humano assim só pode ser Deus mesmo” (L. Boff). O axioma central da cristologia atual de que o Cristo ressuscitado é o Jesus histórico crucificado permite-lhe encontrar a síntese entre a ação profética do Jesus palestinese e o desenrolar da cristologia dogmática ao longo dos séculos e ensinada na catequese. Não contradiz a dogmática clássica, mas a confronta com o Jesus da Galileia. Para tanto, coloca no centro das reflexões cristológicas o anúncio do Reino por Jesus no qual, com toda a clareza, aparecem a preferência e a precedência dos pobres.

A versão sapiencial mateana faz o Reino de Deus ser já dos pobres e dos perseguidos, usando o presente, enquanto para as outras felicidades se promete o futuro. E as bem-aventuranças assumem em Lucas forma sintética ainda mais contundente do primado dos pobres no Reino com a exclamação de felizes para os pobres, famintos, chorosos e perseguidos e com os “ai de vós” ricos, fartos, satisfeitos até o riso, bajulados.

E na sequência da vida, Jesus revela o Reino por meio dos milagres, das parábolas e do próprio comportamento. De novo, salta aos olhos a inquestionável e evidente preferência pelos carentes. E nessas águas libertárias a TdL mergulha até o mais profundo.

Ela faz parte de toda uma Igreja de bispos, sacerdotes, religiosos/as e leigos/as que se comprometem com a opção pelos pobres na pastoral, na espiritualidade, na vida consagrada, na pobreza e simplicidade de existir. Como se isso não bastasse, adveio-lhe o sinal maior de credibilidade: o martírio. Nessa Igreja, muitos engajados nessa linha deram a vida na luta pelos pobres, desde bispos como Mons. Oscar Romero até pequenos e desconhecidos agentes de pastoral por todo o Continente latino-americano. Se um dos Anciãos do Apocalipse olhasse para a Igreja da Libertação, teria

dito: “Estes são os que vieram da grande tribulação. Lavaram e alvejaram as suas vestes no sangue do Cordeiro. Por isso, estão diante do trono de Deus e lhe prestam culto, dia e noite, no seu santuário. E aquele que está sentado no trono os abrigará na sua tenda. Nunca mais terão fome, nem sede. Nem os molestará o sol, nem algum calor ardente. Porque o Cordeiro, que está no meio do trono, será o seu pastor e os conduzirá às fontes da água vivificante. E Deus enxugará toda lágrima de seus olhos” (Ap 7,14-17).

Toda teologia mostra limites à medida que o tempo passa e que a turbulência inicial abaixa. Se está viva, procede a revisões e autocríticas. A TdL, nos inícios, valorizava pouco a religiosidade popular por julgá-la infeccionada da ideologia dominante. Fato em parte verdadeiro. Mas isso não tirava às práticas religiosas populares a possibilidade de serem trabalhadas e serem encarreiradas na linha da promoção humana. E então ela retomou-as como ponto importante de sua reflexão.

Igualmente se criticou certo descuido pela dimensão espiritual da existência cristã. A experiência fundante de Deus nos pobres se encobria com tons fortemente proféticos. E a dimensão sapiencial e mística deixava a desejar. Vieram então as obras dedicadas à espiritualidade para cobrir-lhe a lacuna.

A teologia moral tradicional trabalhara expressamente o pecado individual em vista da conversão pessoal. A TdL, ao deslocar o acento para o campo político e econômico e ao focar aí as injustiças, carregou as tintas no pecado social, deixando esmaecido o aspecto da conversão individual. Vale insistir num sem descuidar o outro.

As transformações sociais e econômicas, depois da queda do socialismo real e da afirmação solitária do neoliberalismo financeiro, estão a provocar mudanças na TdL. Surge novo tipo de pobre, como massa sobrando e excluído da sociedade do conhecimento. Isso implica modificação nos instrumentais de análise da realidade. Nos inícios, ela privilegiou aqueles que visavam às estruturas econômicas do capitalismo industrial. Atualmente as mediações antropológicas, culturais se fazem importantes e merecem especial atenção.

Mais: novos movimentos libertários surgiram no mundo: feminista, ecológico, étnico e no campo religioso. Eles trouxeram outros aspectos que obrigam a TdL a abrir o leque de suas reflexões.

Não menos importante se fez a difusão da onda libertária em outros Continentes do Terceiro Mundo. Lá se gestaram teologias da libertação com conotações próprias. Criou-se em 1976 para promover o diálogo entre elas a Associação Ecumênica de Teólogos/as do Terceiro Mundo e tem-se promovido, em articulação com o Fórum Social Mundial, o Fórum Mundial de Teologia e Libertação.

E resta-nos perguntar: depois de 40 anos já cumpridos que tarefas ainda a desafiam? Mesmo que ela tenha saído do foco da publicidade, permanece viva e desafiada. Pois os pobres, os marginalizados, os excluídos, a massa sobran­te estão aí a pedir uma palavra de Boa Nova. Mais: a prática de Jesus continua desafiando-nos com sua escandalosa opção pelos pobres. Meditá-la, pensá-la, refleti-la continua sendo a tarefa daquela teologia que fez a opção pelos pobres em vista de sua libertação. Assim ela presta relevante serviço da inteligência a “toda a criação que, até o presente, está gemendo como que em dores de parto [...] esperando a redenção” (Rm 8,23s) até o dia quando “o próprio Filho se submeterá Àquele que lhe submeteu todas as coisas, para que Deus seja tudo em todos” (1Cor 15,28).